

Autor: Cipriano Fernandes

Link da versão online:

http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article103343&var_recherche=Cipriano%20Fernandes&ak=1#ancre_comm

Mea Culpa (1)

Após ponderada avaliação da situação da Ordem dos Arquitectos Caboverdeanos (OAC) decidi finalmente, levar ao conhecimento da opinião pública a narrativa daquilo que tem sido a nossa Ordem profissional nos últimos quatro anos.

Sempre defendi que as Ordens profissionais devem ser estruturas absolutamente apatidárias, que se devem assumir em pilares da sociedade civil e que, por isso, devem ser capazes de assegurar para si próprias uma autonomia efectiva que lhes permita defender os interesses do país de maneira clara e poderosa, por mais que tais posicionamentos não agradem à sociedade política.

Tal foi a minha postura durante o período em que respondi pela OAC, ou seja, trabalhar como um leão para habilitá-la a lutar, em primeiro lugar, pelos interesses do país, pois apenas em função dessa entrega prioritária à causa da Nação, ela seria capaz de, com o tempo, ganhar uma densidade institucional e autoridade para defender os interesses mais corporativistas, porém justos, da classe. Ou seja, era necessário em primeiro lugar, dar-lhe voz, assegurar-lhe o seu espaço na sociedade e esperar a sua consolidação, no tempo, para que finalmente amadurecesse uma instituição capaz de assegurar a boa qualidade da arquitectura, uma deontologia a toda a prova dos seus membros e uma efectiva e transparente gestão do território assente sobre um sistema de planeamento racional, justo, visionário e sólido. Tal foi a missão da OAC como a definimos e pela qual orientámos todo o esforço da sua construção durante quase sete anos.

Infelizmente, de 2010 a esta parte, a OAC degenerou para uma prostituição abjecta, fugindo ao seu dever e à sua missão e escondendo-se envergonhada, tentando manter-se visível apenas através de concursos de arquitectura e, mesmo estes, tão incompetentemente organizados que não têm feito mais do que envergonhar a classe. O último que foi realizado, por exemplo, levou a que neste momento a OAC esteja a responder em tribunal, demandada por cinco arquitectos, entre os quais três dos seus mais importantes dirigentes!

Quem me conhece, necessariamente sabe que esta situação me entristece e revolta sobremaneira. A OAC foi pensada e construída para ser muito forte, prestigiada e absolutamente necessária ao país. Não para ser esta palhaçada.

Vem isto a propósito de ter acontecido, há algumas semanas, uma Assembleia-geral (AG) extraordinária da OAC, cujo ponto único da ordem-do-dia era a apreciação do pedido de demissão, (submetido em Junho deste ano) do Vice-presidente do Conselho Directivo Nacional (CDN), que com isso pretende o afastamento imediato do actual Bastonário, a quem acusa de já ter afundado completamente a instituição.

Face à atitude da Mesa da Assembleia-geral (MAG) em empurrar com a barriga a discussão da questão (buscando, quiçá, contar com a brutal impassibilidade e descaso da esmagadora maioria dos membros que, praticamente desde 2010, não se têm importado nada com o que se passa na OAC), após ferrenha insistência do Vice-presidente demissionário (VP) lá a se dignou a MAG em convocar os membros que, felizmente para os actuais dirigentes, não se dignaram em comparecer em número suficiente para validar o quórum, pelo que houve que se fazer recurso da segunda convocação para se poder debater a questão.

Este figurino, aliás, se tornou corriqueiro na nossa Ordem: Apenas na segunda convocação (onde as decisões vinculativas de toda a classe podem ser tomadas desde que um terço dos presentes tenha as quotas em dia e não estejam menos de três pessoas na sala (fisicamente ou por procuração) é que a OAC tem vindo a decidir todas as suas coisas nos últimos quatro anos.

Todos os caboverdeanos certamente estarão lembrados de que quando eu dirigi a OAC eu fazia questão de publicar nos jornais da praça as listas dos presentes e os resultados das votações que eram realizadas nas AGs. Inclusivamente, muitos dos actuais responsáveis da OAC não gostavam, e

reclamavam de ver os seus nomes nos jornais -sobretudo quando tinham as quotas em atraso ou quando as questões em debate eram espinhosas e exigiam que ninguém ficasse em cima do muro- mas eu não desarmava porque é claro que essa era (e ainda é) a melhor forma de evidenciar o funcionamento democrático e transparente da instituição **e assegurar a perenidade e a intocabilidade das decisões tomadas pelo seu órgão máximo**. Para tal, eu próprio me assegurava da participação dos membros, que assim regularizavam a sua situação e se faziam representar nessas AGs.

Hoje, apenas três ou quatro *gatos-pingados* decidem, de maneira envergonhada, é certo, tudo o que quiserem e assim tem sido, para grande desgraça da OAC e dos seus membros, afirmo eu. Claro que ninguém da Direcção tem culpa (será mesmo?) pelo alheamento da classe (que – pasme-se!-, na sua grande maioria mantém as suas quotas em dia) e tais decisões são, pois, estatutariamente válidas, por maiores asneiras ou por mais danosas dos interesses da classe que sejam... E não têm sido poucas!

No documento que o VP demissionário enviou há poucos dias por e-mail a todos os membros da OAC, são ditas coisas nada abonatórias do actual Bastonário, tanto em termos de carácter como em termos da postura de um líder que se quer minimamente digno, deixando claro que tem usado a OAC para se promover a si e aos seus negócios, e afirmando categoricamente que este Bastonário **NÃO SERVE** (assim mesmo, em maiúsculas). Denuncia as manobras do actual Bastonário para assegurar a fidelidade da *entourage* que o sustém no cargo, mediante a distribuição de favores, benesses e privilégios, mormente viagens ao exterior, que nunca resultaram em ganhos visíveis e mensuráveis seja para a OAC em si, seja para a classe dos arquitectos. E muito dinheiro tem sido gasto nessas passeatas estéreis pelo mundo!

O detalhe é que eu e os meus colegas Hélder Paz Monteiro, Hugo Abrantes da Cunha e Francisco Soares Lopes já nos havíamos fartado de denunciar este grupo, que servil e cegamente valida todas as diatribes e falcatruas do Bastonário, agora reconhecidas publicamente pelo VP demissionário. O VP tem o mérito de, ao decidir se afastar, fazer o que muitos dos actuais dirigentes da OAC não têm a verticalidade e hombridade de fazer. No entanto, as razões que o levam agora a dizer estas cobras e lagartos do Bastonário não são novidade para nós ou para a maioria esmagadora da classe, que não deve ser tomada por parva apenas pelo facto de, por qualquer razão não aparente, não participar como lhe compete nas AGs.

Desde que comunicou a todos os membros a sua decisão em se afastar do grupo liderado pelo actual Bastonário que já afundou a Ordem, temos admirado a postura do VP demissionário, pois, justiça lhe seja feita, é dos poucos arquitectos que mantém uma coerência e uma persistência em ver o progresso colectivo da classe dos arquitectos, sempre activo e sempre apelando à participação dos membros na procura das melhores soluções para os problemas que temos enfrentado desde sempre. Infelizmente, o VP cometeu, desde que a sua lista perdeu as eleições de 2010, erros de palmatória que passo a relatar e, na luta que está agora a travar pelo afastamento do actual Bastonário tem poucas probabilidades de êxito, sobretudo pelo descaso que a esmagadora maioria dos membros dedica à OAC e pelo desprestígio que o seu comportamento errático lhe trouxe, pelo menos desde que em 2013 aceitou fazer parte do grupinho que tem praticado toda a sorte de desmandos na OAC.

Primeiro erro:

Cerca de nove meses após ter assumido a liderança da OAC, a 12 de Março de 2011, o Conselho Directivo da OAC deu, por e-mail e através da pena do actual Bastonário, seu Presidente, um despacho que isentava do pagamento da quota mensal o Bastonário, o Vice-presidente, o Secretário e a Tesoureira, **com efeitos retroactivos a Julho de 2010 e com direito ao reembolso de todas as prestações já pagas**. (Vale referir que o Vice-presidente de então prescindiu dessa isenção, nos termos do próprio despacho).

Esse despacho foi a injúria à qual foi ainda acrescentado o insulto do perjúrio dos quatro visados, seus directos beneficiários, na AG onde a questão foi levantada por mim, na qual negaram a sua existência, negação que repetiram em posteriores documentos enviados a todos

os membros.

Sem qualquer dúvida, esse despacho é, até hoje, a maior mancha da Ordem dos Arquitectos Caboverdeanos. Vamos permanecer objecto de chacota pública até ao dia em que, como classe profissional responsável e que se dá a respeito, normalizarmos esta situação. Ainda hoje não é possível acreditar que alguns responsáveis da OAC, sobretudo o Bastonário, estejam a pagar normalmente as suas quotas. Porque quem faz um despacho destes obviamente não tem uma relação saudável com o dinheiro e é, claramente, desprovido de todo e qualquer escrúpulo.

O erro do VP demissionário, neste caso, consistiu em ter fugido às suas responsabilidades enquanto líder da oposição, quando eu e o Hélder Paz Monteiro lhe fomos solicitar que liderasse o processo do *impeachment* do Bastonário e do CDN em decorrência desse despacho, garantindo-lhe todo o nosso apoio caso ainda pretendesse vir a liderar a OAC, e isso (no meu caso concreto), até para me redimir do erro involuntário, porém crasso, que havia cometido em apoiar a lista do seu adversário. Na verdade, a minha reacção aos ataques que a lista então liderada pelo agora VP demissionário decidiu, estranhamente, fazer-me a mim, enquanto dirigente cessante (em vez de se concentrar no seu adversário directo), foi tão forte que praticamente fui eu que construí a vitória do actual Bastonário em 2010 pois, agastado com tais ataques, elaborei um documento que enviei a todos os membros da OAC e que acabou por ditar o resultado.

Infelizmente, nove meses depois, eu, o Hélder Paz Monteiro, o Hugo Cunha, o Francisco Lopes, o Hermano Lopes da Silva, a Dulce Melo, o Aureliano Ramos, o Pedro Martins, o José Gomes, o Carlos Hamelberg, o Vicente Reis, o Adelino Santos, o David Leite, enfim, muitos outros colegas (que considerações de espaço me impedem de referir todos os seus nomes aqui) ultrajados com tal despacho, tínhamos obrigação de dar o nosso máximo para afastar os seus autores da liderança da OAC o mais depressa possível, e ninguém melhor do que o candidato vencido, responsável pela oposição interna democraticamente estabelecida, para comandar esse *impeachment*, absolutamente necessário até hoje.

Infelizmente ele não aceitou liderar o processo.

Segundo erro:

Não se dignou em emprestar a sua assinatura ao abaixo-assinado que 43 colegas, indignados com o despacho, decidiram promover em todo o país, para a convocação de uma AG destitutiva onde, democraticamente, a classe decidiria pela continuação ou não daqueles corpos gerentes, com base no juízo que em consciência fizesse desse malfadado despacho. Vale lembrar, aliás, que mesmo ciente de que o processo seria nesses termos, absolutamente democráticos, o VP demissionário recusou liderar o processo, dizendo que não pactuava com “golpes de Estado”!

(Como se existissem golpes de Estado dados com votos!)

Se é verdade que mesmo tendo ultrapassado em muito o quórum estatutariamente definido no Estatuto da OAC para a convocação dessa AG destitutiva, **tendo nós, nessa base, feito durante 2011 dois pedidos formais nesse sentido**, o facto é que essa AG nos foi abusiva e ilegalmente negada, por duas vezes, pelo então Presidente da Mesa da AG, rasgando tudo o que são leis e regulamentos da Ordem.

Tal postura miserável da Mesa da AG de então é que fez com que o Bastonário e o seu CDN escapassem.

Mas o facto é que se o VP demissionário tivesse assumido as suas responsabilidades em 2011, com o nosso apoio, muito dificilmente ele não seria hoje o Bastonário, porque mesmo que o *impeachment* falhasse por alguma razão estranha, como veio a acontecer, seriam grandes as probabilidades de nos engajarmos resolutamente no apoio a uma recandidatura sua em 2013. Sem falar do mais importante, que era limpar a OAC dessa mancha, o que até hoje não ainda não conseguimos.

Infelizmente, em todo o esse muito doloroso processo, ele primou pela ausência.

Terceiro erro:

Mesmo ciente do carácter do grupo que fez o despacho em 2011, desqualificando-se para sempre

para a responsabilidade de dirigir a OAC, o VP hoje demissionário aceitou fazer parte da equipa do actual Bastonário que se reelegera em 2013!

Este, aliás, foi o seu maior erro (embora tenha sido um golpe de mestre do mandatário da lista única em 2013), porque voluntariamente emprestou o seu nome e a sua respeitabilidade pessoal a esse grupo indigno de nos representar, validando o argumento de que eram capazes de unir a classe, segundo o slogan eleitoral que adoptaram então: “Unidos pela qualidade da Arquitectura”.

Ao aceitar voluntariamente passar de candidato a Bastonário, em 2010, a braço-direito e substituto do seu vencedor, em 2013, o VP demissionário só pode se queixar de si próprio pela situação em que está hoje, pois matou ele próprio toda a sua credibilidade e reforçou a farsa e o triste espectáculo em que a nossa Ordem se tornou desde que deixei de responder por ela.

Apesar de todas estas infelicidades do VP demissionário, o facto é que eu sou um dos principais responsáveis por esta situação vergonhosa em que a OAC está hoje, e daí o título deste documento: Mea culpa.

Penitencio-me aqui publicamente, em primeiro lugar aos membros da Ordem, porque ao me afastar da sua Direcção (mesmo tendo motivos ponderosos para o fazer) em 2010, deixei-a extremamente vulnerável e indefesa, como ficou demonstrado plenamente menos de um ano depois que saí, através desse despacho e do nosso posterior fracasso em limpar a mancha que ainda significa.

Se é verdade que terei confiado na palavra de colegas (sensivelmente metade da minha ex-equipa se passou para o lado do actual Bastonário), em como, abraçando *en masse* essa lista iriam assegurar a continuação e consolidação do trabalho que juntos havíamos feito, com muitos sacrifícios, entre 2003 e 2010, o facto é que eu nunca devia ter deixado a Ordem no estado em que a deixei.

Faltavam-lhe regulamentos importantíssimos, tais como o Regulamento Interno (RI), e o Regulamento de Admissão (RA) que ainda me esforcei por deixar aprovados antes de sair mas esses tais colegas me prometeram que seria a primeira coisa a ser feita pela nova equipa dirigente, até porque os respectivos *drafts*, haviam sido feitos e apresentados a todos os membros por mim.

O facto é que até hoje o RI permanece apenas um *draft*, tal como o deixei, e todos sabemos que esse regulamento é fundamental para o correcto funcionamento de qualquer Ordem profissional. O actual Regulamento de Admissão (publicado, depois de muita pressão minha, em 1 de Abril de 2011) é tão criminoso que foge ao seu dever de regular a **reciprocidade** que os arquitectos estrangeiros são obrigados a respeitar em relação a nós, nos seus países, se quiserem praticar a arquitectura em Cabo Verde.

(continua)